BOLETIM DA DPMG



Resumo das notícias e comunicados da Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais Ano IX • 19 a 25 de setembro de 2022

N. 210

Defensoria Pública e TRE firmam cooperação para fortalecimento da democracia e da transparência do processo eleitoral

FOTO: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



DPG e o presidente do TRE-MG formalizam a parceria

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-MG) firmaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o objetivo de promover a conscientização dos eleitores mineiros da importância da democracia, com foco no enfrentamento à desinformação relacionada ao processo eleitoral. O ACT foi assinado no dia 15/9 pela defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, e o presidente do Tribunal, desembargador Maurício Torres Soares.

LEIA + NA PÁGINA 2

Instituições públicas aderem a projeto da DPMG para efetivação dos direitos das pessoas com deficiência

Outras ações inclusivas e debates marcaram a semana na luta pela inclusão e acessibilidade

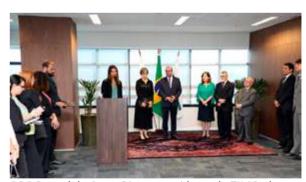
NESTA EDIÇÃO Institucional, PÁG.2,3e7 Mundo oficial __ PÁG. 2 e 3 PÁGINA 4 > Ações em destaque l PÁGINA 5 Escola Superior PÁG. 6 e 7 Inspirando novas atitudes ___ PÁGINA 7 > Homenagem > Deu na mídia **PÁGINA 8** > Ações em destaque II _ Defensoria Pública vai até Itatiaiuçu atender famílias evacuadas por risco de barragem em Brumadinho **PÁGINA 10** Cursos e eventos PÁG. 11 e 12 Procedimentos e comunicados internos _

Inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai termina na sexta, 30/09

Atenção: No dia 30/9, a Defensoria Itinerante vai até a Comunidade da Serra para receber inscrições



O Projeto "Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção", idealizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), ganhou novas adesões. Diversas instituições públicas formalizaram sua participação na iniciativa ao assinar um termo de adesão durante cerimônia realizada na quinta-feira (21/09), Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.



DPG Raquel da Costa Dias, o presidente do TJMG, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, e demais participantes do termo de adesão

Outras ações — A data comemorativa também foi marcada por diversas ações inclusivas que aconteceram no Estádio Mineirão, antes e durante a partida entre Cruzeiro e Vasco, e pelo projeto "Facilita Mais Inclusão", realizado no Centro Universitário Unal, em Belo Horizonte, que promoveu uma feira de empregabilidade para pessoas do espectro autista. Ambos tiveram a participação da DPMG. Além disso, no dia 17/9 aconteceu o segundo ciclo de conversas do seminário "Autismo: Educar para Incluir", promovido pela Escola Superior da Defensoria de Minas, para mais um diálogo aberto e construtivo sobre propostas de inclusão.

LEIA + NAS PÁGINAS 3, 4, 5 e 6

INSTITUCIONAL

Defensoria Pública e TRE firmam cooperação

>> continuação

A parceria faz parte do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação do TRE-MG, que busca prevenir e enfrentar, de forma constante, a desinformação contra a Justiça Eleitoral em Minas Gerais. Conforme o ACT, o trabalho é conduzido em regime de mútua cooperação, por meio de um cronograma com prazos no calendário eleitoral e de um plano de atuação detalhado entre as duas instituições.

Nas próximas eleições, servidores e servidoras da Defensoria mineira irão participar das auditorias; além de defensoras, defensores públicos e da própria defensora-geral, que estarão presentes, junto com outras instituições.

Em sua fala, a defensora-geral Raquel da Costa Dias ressaltou importância da parceria para a Defensoria Pública que, por força constitucional, além de buscar a atuação extrajudicial, tem como dever promover a educação em direitos. "Contem com a nossa parceria para fazer valer o direito de votar das pessoas. É nosso dever atuar em parceria com o TRE e com o processo eleitoral", finalizou a DPG.

O presidente do Tribunal, desembargador Maurício Torres Soares, destacou que a Justiça Eleitoral tem a missão de garantir à sociedade que o processo eleitoral seja imparcial, seguro e transparente, e que a Defensoria Pública, ao ser parceira, "empresta seu prestígio junto à sociedade neste processo".

Também estavam presentes no ato da assinatura o vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral, desembargador Octavio Augusto de Nigris Boccalin; o corregedor-geral da DPMG, Galeno Siqueira; a juíza-auxiliar da Presidência do TRE, Cristiana Ribeiro Gualberto; a chefe de Gabinete da Defensoria

Pública-Geral, Caroline Loureiro Goulart Teixeira; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; a ex-defensora pública-geral, Christiane Malard; a defensora pública-auxiliar Diana de Lima Prata Camargos; e o defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida, que atua como membro substituto da Corte do TRE, na classe de jurista.



MUNDO OFICIAL

Defensoria de Minas prestigia solenidade de outorga da Medalha do Mérito do MPMG

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG







À esquerda, a presidente do TRF6, Mônica Sifuentes; defensora-geral, Raquel da Costa Dias; ministro do STF, Kassio Nunes Marques, e a advogada-geral adjunta, Ana Paula Mugler. À direita, a ex-DPG Christiane Malard, Raquel da Costa Dias e Ana Paula Mugler

A defensora pública-geral do Estado, Raquel Gomes da Costa, participou da solenidade de outorga da Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, realizada no último dia 16 (sexta-feira). Presente, ainda, a ex-defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard.

Agraciado com a medalha do mérito, o ministro do Superior Tribunal Federal, Kássio Nunes Marques foi o orador oficial da cerimônia. Este ano, foram agraciadas 10 personalidades que, por seus méritos e relevantes serviços prestados à cultura jurídica e ao Ministério Público, têm contribuído para o desenvolvimento do país e para a justiça social.

A solenidade marcou o encerramento das atividades da Semana do MPMG 2022, que celebra, todos os anos, a publicação, em 1950, da primeira Lei Orgânica da instituição, e o Dia do Ministério Público de Minas Gerais (11 de setembro).

INSTITUCIONAL

Instituições públicas aderem a projeto da Defensoria de Minas para efetivação dos direitos das pessoas com deficiência

O Projeto "Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção", idealizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) com o objetivo de integrar instituições e sociedade para efetivar direitos das pessoas com deficiência, ganhou novas adesões na quarta-feira (21/9), Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Diversas instituições públicas formalizaram sua participação na iniciativa ao assinar um termo de adesão, durante cerimônia realizada no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e conduzida por seu presidente, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho.

O Projeto Inclusão Verde Mundo busca viabilizar políticas públicas eficazes de inclusão social voltadas para este segmento da população, por meio de ações interinstitucionais.

Em seu pronunciamento na solenidade de assinatura, a defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, salientou que a atuação

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



Presidente do TJMG assina o termo: "é necessário que as instituições públicas assumam a responsabilidade coletiva de criar ações coordenadas e conjuntas"

conjunta torna a iniciativa mais forte e beneficia inúmeras pessoas com o acesso à justiça, de forma integral, gratuita, ampla e desburocratizada.

Leia na íntegra



O defensor público Luiz Renato Braga Arêas Pinheiro, idealizador do projeto



Representantes das diversas instituições que aderiram ao Projeto em cerimônia de assinatura de um termo de adesão no Tribunal de Justiça

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública participa da posse da diretoria e dos conselhos Fiscal e Consultivo da Apeminas

O defensor público-auxiliar da Defensoria-Geral, Adhemar Della Torre Neto, representou a defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, na solenidade de posse da Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Consultivo da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Apeminas). A cerimônia aconteceu na quinta-feira (22/09) e comemo-

FOTO: APEMINAS



rou, ainda, os 19 anos da entidade. Os eleitos compõem a gestão 2022-2024 da Associação.

Além do defensor público Adhemar Della Torre, a mesa solene foi composta pela presidente reeleita da Apeminas, Célia Cunha Mello; o presidente da Anape, Vicente Braga; o advogado-geral de Minas Gerais, Sérgio Pessoa de Paula Castro; o desembargador Moacyr Lobato, representando o presidente do TJMG, José Arthur Filho; o promotor de Justiça Emmanuel Levenhagen, representando o procurador-geral do Ministério Público, Jarbas Soares Júnior; o desembargador federal do TRF-6, André Prado Vasconcelos; o vice-presidente do Tribunal de Contas, Gilberto Pinto Monteiro Diniz; o secretário-geral do Estado de Minas Gerais, Marcel Dornas Beghini; o diretor da Faculdade de Direito da UFMG, Hermes Vilchez Guerrero; e o procurador regional da União da 6ª Região, Bráulio Lisboa Lopes.

AÇÕES EM DESTAQUE • DIA DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

DPMG participa do projeto "Facilita Mais Inclusão" e atua na garantia de direitos trabalhistas de pessoas autistas

Na quarta-feira (21/09), a Defensoria Pública de Minas Gerais participou do projeto "Facilita Mais Inclusão" no Centro Universitário Una, em Belo Horizonte. O projeto é fruto de uma parceria do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Inclusão (NAPI) do Centro Universitário Una e a Associação da Síndrome de Asperger no Transtorno do Espectro do Autismo de Minas Gerais (ASA TEA-MG).

ência, o projeto promoveu uma feira de empregabilidade, na qual pessoas do espectro autista e recrutadores de diversos setores se encontraram com o objetivo de efetivar contratações. Tam-

No Dia Nacional de Luta da Pessoa com Defici-

bém participaram do evento entidades apoiadoras da causa do setor público e privado. A diretora do Centro Universitário Una, Carol Sarmento, apontou a necessidade de que a problemática da empregabilidade de pessoas com deficiência seja pensada de forma constante pela sociedade.

O evento contou com a participação da defensora pública Fernanda Cristiane Fernandes Milagres e dos defensores públicos Luís Renato Braga Arêas Pinheiro e Estêvão Machado de Assis Carvalho, que realizaram acolhimento e orientação jurídica aos candidatos autistas.

Leia na íntegra





Defensora pública Fernanda Milagres (foto da esq.), acompanhada da presidente da ASA TEA-MG, Cynthia Prata, e do defensor público federal João Márcio Simões; e os defensores públicos Luís Renato Pinheiro (no alto, 2º à esq.) e Estêvão Carvalho (1º à dir.) com outros participantes do projeto

Data é marcada por ações inclusivas no Estádio Mineirão

Em virtude do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, diversas ações inclusivas foram realizadas no Estádio Mineirão, antes e durante a partida entre Cruzeiro e Vasco, na última quarta-feira (21/9). As ações integram o projeto #MineirãoDeTodos, lançado em 2020, e conta com a participação da Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência. O objetivo é conscientizar os torcedores e tornar mais acolhedora a experiência da pessoa com deficiência.

Uma das ações foi a iluminação do Mineirão com a cor verde, em referência ao Setembro Verde - Mês da Inclusão Social da Pessoa com Deficiência. Além disso, a sinalização foi reforçada na área exclusiva de PCD. No estacionamento, cadeiras de rodas ocuparam vagas reservadas às pessoas com deficiência (PCD), um alerta aos motoristas que

não respeitam o direito à vaga destas pessoas. A convite do Cruzeiro, o torcedor cruzeirense Pedro Pimenta, de 30 anos, tetra-amputado, empresário, palestrante e autor do livro "Superar é Viver", deu o pontapé inicial simbólico.

A iniciativa contou com a presença do defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro e do defensor público-auxiliar da Defensoria-Geral, Guilherme Deckers, que representou a defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias.

Na mídia – O defensor público Luís Renato Pinheiro abordou a importância de ações práticas nesta data, em declarações nos veículos de imprensa – jornais *Hoje em Dia* e *Estado de Minas*, Rádio Itatiaia, entre outros.

Leia na íntegra



O defensor público Luis Renato Arêas (à esq.) acompanhado pelo defensor público-auxiliar Guilherme Deckers (à dir.), pelo consultor David César e pelo gerente jurídico Alfredo Neves, no Mineirão

O torcedor Pedro Pimenta deu o pontapé inicial



ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública de Minas realiza segundo encontro do seminário 'Autismo: Educar para Incluir'

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG) realizou no sábado, dia 17/9, o segundo ciclo de conversas do seminário "Autismo: Educar para Incluir". O objetivo do seminário é promover o diálogo aberto e construtivo sobre as propostas de inclusão escolar de qualidade das crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista (TEA), realizadas por representantes de escolas públicas e particulares, famílias, equipe multidisciplinar e sociedade em geral.

O evento teve formato híbrido, realizado presencialmente no auditório da sede da Instituição em Belo Horizonte, com transmissão pelo canal da DPMG no YouTube.

Foram convidadas a diretora do Centro Psicopedagógico de Nova Lima, Ludmilla Soares, e a gerente jurídico-educacional do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Sinep-MG), Débora Oliveira, que ressaltou o trabalho de conscientização e orientação realizado pelas escolas privadas. A estudante Nicole Oliveira, de 14 anos, que está no espectro autista, relatou o fato de suas dificuldades serem invisibilizadas de diferentes formas no ambiente escolar, como a falta de manejo com a sua sensibilidade auditiva, a necessidade de a família apresentar laudos diagnósticos constantes e a comunicação infantilizada dirigida a ela.

Também participaram do evento a defensora pública Luciana Leão Lara Luce, coordenadora da Câmara de Estudos de Métodos Adequados da Solução de Conflitos e Atuação Extrajudicial da DPMG; a fisioterapeuta e enfermeira Vanessa Lobato Cordeiro Barbalho e Silva; e a coordenadora e terapeuta ocupacional em clínica especializada no transtorno do espectro autista Bárbara Letícia Costa de Moraes. O evento contou ainda com a participação de pais de alunos com espectro autista que somaram ao debate ao relatarem as suas experiências pessoais no âmbito da inclusão escolar dos seus filhos.

Próximo Encontro – O seminário "Autismo – Educar para Incluir" tem continuidade com mais uma roda de conversa, que será realizada no dia 1º de outubro, também em formato híbrido, presencialmente no auditório da DPMG em Belo Horizonte

Leia na íntegra

FOTO: CLAUDINEI SOUZA / DPMG

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro abriu o evento e foi o mediador da mesa de debates



ESDEP INFORMA

Disponível 31ª edição da Revista de Direito da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

O Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro informa a disponibilização em seu site da 31ª edição da Revista de Direito. A Revista é composta por sete artigos, um comentário crítico sobre julgamento do STF e quatro peças, além da reprodução do 1º Censo Étnico-Racial e do discurso de posse do último concurso. A militarização da segurança pública, o processo penal e a proteção de dados pessoais são alguns dos temas abordados nos artigos da Revista.

Uma novidade é a criação de uma seção de jurisprudência comentada. O espaço foi inaugurado por uma análise crítica sobre o julgamento da ADI nº 6.448/RJ, abordando a Lei estadual de redução obrigatória das mensalidades na rede privada de ensino durante a pandemia.

Acesse aqui a revista na íntegra

Defensoria Pública do Maranhão promoverá palestra sobre Aspectos Críticos da Teoria Geral da Prova

A Defensoria Pública do Maranhão, por meio de sua Escola Superior (Esdep), promoverá no dia 27 de setembro de 2022. às 19 horas a palestra "Aspectos Críticos da Teoria Geral da Prova", que será realizada na modalidade on-line através do canal https://youtube.com/defensoriama.

O evento contará com a participação de Aury Lopes Jr., Doutor em Direito Processual Penal, professor titular na PUC-RS, advogado criminalista e autor da Editora Saraiva.

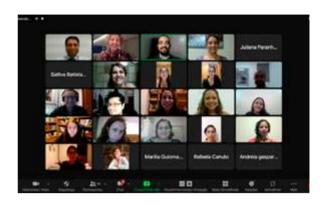
Será emitido certificado aos participantes e não há necessidade de inscrição prévia.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público fala sobre direitos das pessoas com deficiência na XII Jornada de Capacitação da Enadep

No último 19 de setembro (segunda-feira), o defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro participou como palestrante de um dos painéis da XII Jornada de Capacitação da Escola Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP). O tema da jornada foi "A atuação da Defensoria Pública em prol da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência".

No painel, o defensor público, junto à defensora pública de Rondônia, Flávia Albaine, e o defensor público do Pará e mediador da aula, Alexandre Bastos, abordou sobre a atuação da Defensoria Pública na efetivação da educação inclusiva. As aulas da XII Jornada de Capacitação finalizam no dia 26/9 (segunda-feira), quando o defensor Luis Renato participará como mediador do painel "Atuação da Defensoria Pública no acesso à saúde de pessoas com deficiência".



Capacitação – O curso, que teve início no dia 5 de setembro, é destinado a defensoras e defensores públicos, bem como servidores e servidoras da Defensoria Pública, com aulas virtuais. O principal objetivo é a troca de experiências e capacitação de membros para a atuação em prol da inclusão social de pessoas com deficiência.



Palestra sobre reflexões jurídicas acerca da pessoa com deficiência

Na terça-feira (20/9), a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte (SMASAC) promoveu o evento "Circularidades Plurais em Pauta: Avaliação Biopsicossocial da deficiência e os impactos na vida das pessoas".

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro (na foto acima, 1º à esquerda na mesa) ministrou palestra com a temática: "Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência: Reflexões Jurídicas", com ênfase na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), que busca assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania. A regulamentação biopsicossocial, prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, trata o acesso a direitos estabelecidos na legislação.

Também participaram a médica e mestre em Saúde Pública Lailah Vasconcelos e o diretor de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência da Prefeitura de Belo Horizonte, Luiz Henrique Porto Vilani.

FOTO: O TEMPO BETIM



'Dia D' em comemoração ao Dia Nacional de Luta da PCD

O defensor público Luís Renato Braga Arêas Pinheiro (foto acima) foi palestrante na ação realizada pela Superintendência do Trabalho, Emprego e Renda (Seter) em comemoração ao Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Deficiência.

O "Dia D", que aconteceu no último dia 21 (quarta-feira) em homenagem à data, contou com oferta de vagas de emprego para Pessoa com Deficiência (PCD), cursos e palestras. Luis Renato Pinheiro ressaltou sobre a necessidade da inclusão dessas pessoas no ambiente de trabalho e a importância deste dia de conscientização.

Na ação, foi reforçado sobre as empresas e os cargos disponíveis, além do destaque em como os interessados e interessadas podem participar de processos seletivos por meio da Seter, com documentos pessoais, currículo e laudo médico entregues. "O objetivo do dia é levar esse trabalhador que deseja ingressar no mercado de trabalho para o encontro com a empresa", disse o superintendente de Trabalho e Emprego, Antônio Carlos.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensoria Pública participa de formação no Ceam Bemvinda

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou na sexta-feira (16/9) de mais uma jornada de formação em serviço ocorrida no Centro Especializado de Atendimento à Mulher, o CEAM Benvinda, representada pela defensora pública Maria Cecília Pinto Oliveira, coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência em Belo Horizonte (Nudem / BH), da DPMG.

Em sua exposição, a defensora pública abordou temas como os direitos humanos das mulheres, os feminismos brasileiros e os aspectos político-jurídicos da Lei Maria da Penha. O evento aconteceu em formato de roda de conversa, possibilitando que técnicas do CEAM Benvinda fizessem intervenções e perguntas relacionadas à temática.



Defensoria de Minas no Centro Especializado de Atendimento à Mulher Benvinda: trabalho integrado com a troca de experiências e o aperfeiçoamento de técnicas para orientação, atendimento e acompanhamento psicossocial a mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência doméstica e familiar

Leia na íntegra

HOMENAGEM

Nudem/BH recebe homenagem da 1ª Companhia de Polícia Militar

A Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem/BH), da Defensoria Pública do Estado, foi homenageada durante as atividades comemorativas do 5º aniversário da Primeira Companhia de Polícia Mi-



litar Independente de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD). A homenagem foi recebida pela coordenadora do Nudem/BH, defensora pública Maria Cecília Pinto Oliveira, em reconhecimento pelo apoio e parceria intrainstitucional.

Autoridades do Ministério Público, Polícia Civil, Judiciário, agentes da Polícia Militar e o presidente da CDL, também foram homenageados.

Em seu discurso, a tenente-coronel Daisy Ferrarezi Moura, comandante da Companhia, falou do histórico da PPVD, dos desafios vencidos e das conquistas da Companhia ao longo dos 5 anos de existência. Também ressaltou a importância do trabalho articulado das instituições e entidades que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

INSTITUCIONAL

DPMG em Araxá recebe representantes do poder executivo municipal

O coordenador local da Defensoria Pública de Minas Gerais em Araxá, Jessé Luis Gaiotto, se reuniu com o secretário municipal de Governo, Rick Paranhos, e a assessora jurídica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, Ana Carolina Couto. O encontro aconteceu na sede da Defensoria Pública na sexta-feira (23/9).

Na reunião foi discutida a realização de convênio para a cessão de estagiários e a possibilidade de expansão da unidade para ampliar o atendimento da população local. O coordenador local Jessé Gaiotto enfatizou que é preciso esforços constantes para que o diálogo fortaleça os laços institucionais

Participou, também, o defensor público Guilherme Pullig Borges, que salientou a importância da união de esforços entre os poderes para conferir mais qualidade ao acesso à justiça da população vulnerável do município.



Assessora jurídica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, Ana Carolina Couto; defensores públicos Guilherme Pullig Borges e Jessé Luis Gaiotto; e secretário municipal de Governo, Rick Paranhos

NA MÍDIA

Série especial do 'Jornal Nacional' destaca as Defensorias Públicas como instrumento de garantia da cidadania

A instituição Defensoria Pública foi uma das protagonistas da série especial do Jornal Nacional 'Brasil em Constituição: Carta de 88 abriu as portas da Justiça para todos os brasileiros' exibida na terça (20/9). A reportagem mostrou três portas de acesso a direitos criadas por meio da Constituição da República que mudaram radicalmente a vida dos cidadãos: as Defensorias Públicas, os Juizados Especiais e o Código de Defesa do Consumidor.

Para um dos entrevistados, o professor de Direito Constitucional da USP Virgílio Afonso da Silva, "o acesso à Justiça no Brasil mudou de várias formas nos últimos 30 anos e, talvez, a principal delas tenha sido a criação das Defensorias Públicas".



Acesse aqui o vídeo

Veja aqui outros destaques na mídia

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG vai até Itatiaiuçu atender famílias evacuadas por risco de barragem em Brumadinho

A Defensoria Pública Itinerante foi até a cidade de Itatiaiuçu atender individualmente cinco famílias que moravam na comunidade do Quéias, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, e tiveram que deixar suas casas em 2019, em razão de risco de rompimento da barragem B1-A da empresa Emicon Mineração e Terraplanagem Limitada.

FOTO: ALESSANDRA AMARAL / DPMG



Duas defensoras públicas e estagiárias de Direito fizeram o atendimento das famílias no local onde estão realocadas

Desde então, os moradores, que viviam na zona rural próxima à barragem, estão alojados provisoriamente em casas alugadas pela Emicon em Itatiaiuçu. São famílias humildes que deixaram seus trabalhos e tiveram prejuízos familiares em razão da evacuação compulsória. Alguns moradores trabalhavam há décadas como caseiros de propriedades rurais. Perderam o emprego, o local de moradia, hortas, criação de animais e a forma em que viviam. Das cinco famílias que foram compelidas à evacuação, apenas uma decidiu permanecer no local. Mônica Lúcia de Freitas, seu marido e os dois filhos estão na região há 35 anos e decidiram ficar.

O atendimento *in loco* da Defensoria Pública de Minas Gerais foi realizado na quinta-feira (15/9), com as defensoras públicas Kelly Simplício e Luana Borba e duas estagiárias de Direito. O Ministério Público estadual, autor de uma ação, encaminhou o caso à Defensoria Pública mineira para a defesa dos direitos individuais das famílias.

Leia na íntegra

DPMG realiza visita técnica no Presídio Promotor José Costa

Na quarta-feira (21/9), a Defensoria Pública de Minas Gerais realizou uma visita técnica no presídio Promotor José Costa, localizado em Sete Lagoas. O objetivo da visita foi obter conhecimento das condições do cumprimento de pena dos acautelados no mencionado presídio e tomada de providencias posteriores. A visita foi realizada pela defensora pública Camila Cortes Rezende Silveira Dantas, titular da Defensoria de Execução Penal, e pelo defensor público Daniel Teixeira Dantas, titular da Defensoria Criminal. A estagiária Bárbara Fischer também esteve presente.



A defensora pública Camila Rezende em atendimento

AÇÕES EM DESTAQUE II

Defensoria Pública participa de audiência pública sobre judicialização da saúde

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores — Cível / Direito Público e da Defensoria Especializada de Saúde, participou de audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio de Saúde.





Defensores públicos Cláudio Pagano (à esq.), em atuação na Desits-Cl, e Bruno Barcala, coordenador da Defensoria Especializada de Saúde

FOTO: JUAREZ RODRIGUES / TJMG



Representantes de diversas instituições se reuniram para debater o tema

rais (TJMG) sobre o tema judicialização da saúde e participação da União nas demandas prestacionais na área.

A audiência pública ocorreu na quinta-feira (22/9), no plenário do Tribunal de Justiça, e contou com a participação de todas as instituições componentes do Sistema de Justiça, além do Tribunal de Contas do Estado e Secretarias de Saúde.

Os participantes discutiram o fornecimento de medicamentos e insumos de saúde (cuja responsabilidade é compartilhada entre União, estados e municípios) que não constam da relação nacional de medicamentos essenciais (Rename) e tratou do acesso à Justiça. As questões práticas enfrentadas e identificadas por diversos atores públicos e processos pendentes de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) também foram objeto de debate.

Os defensores públicos Cláudio Pagano e Bruno Barcala falaram pela Defensoria Pública de Minas e defenderam, dentre outros pontos, a necessidade de manutenção das ações de saúde perante a Justiça Estadual, com o afastamento da tese de participação obrigatória da União nas demandas de fornecimentos de medicamentos registrados pela Anvisa, porém, não componentes da lista do SUS.

Defensoria de Minas vai ao STJ para assegurar que ré seja submetida a julgamento popular somente pelo crime descrito na denúncia

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o constrangimento ilegal suportado pela paciente S.V.R. e concedeu a ordem em *habeas corpus*, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para ajustar a pronúncia da paciente aos termos delimitados na denúncia. A decisão foi publicada em 12 de setembro de 2022.

A ré S.V.R foi denunciada exclusivamente pelo crime descrito no artigo 2º da Lei 12.850/13 (organização criminosa). Contudo, como foram imputados crimes dolosos contra a vida a dois dos corréus, o procedimento seguiu as diretrizes traçadas para o Tribunal do Júri.

Em alegações finais, o Ministério Público mudou sua postura e, sem observar o procedimento de aditamento à denúncia, deixou de discriminar a imputação para cada réu e passou a pretender a pronúncia de todos os envolvidos por todos os crimes capitulados na denúncia, indistintamente. Em decisão de pronúncia, o juízo sumariante impronunciou S.V.R.

A Corte de Justiça local, em acórdão arrematado com a parte dispositiva obscura, deu provimento ao recurso ministerial.

Na avaliação dos defensores e da defensora pública responsáveis pelo caso, "a concessão da ordem é uma vitória grandiosa, na medida em que garante à S.V.R. o julgamento pelo Conselho de Sentença limitado ao crime de organização criminosa, impedindo que os crimes de homicídio qualificado, ocultação de cadáver, cárcere privado e tortura, imputados de forma clandestina pela acusação, sejam levados à apreciação dos jurados".

Leia na íntegra

CURSOS E EVENTOS

Inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai termina na sexta, 30/09

No dia 30/9, a Defensoria Pública Itinerante vai até a Comunidade da Serra para receber inscrições



Terceiro e último ciclo de palestas do "Seminário Autiismo – Educar para Incluir"





BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS Produção e diagramação: Assessoria de Comunicação-Comunicação Visual/DPMG









PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • I

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Abertura de consulta e habilitação eletrônica para indenização de férias-prêmio e férias regulamentares – 2022

A Defensoria Pública-Geral informa que a partir das Oh do dia 27 de setembro às 23:59h do dia 07 de outubro de 2022, estará disponível, exclusivamente, pelo sistema de Gerenciamento de Férias: habilitação de FÉRIAS REGULAMENTARES por Defensoras, Defensores e Servidoras e Servidores, indeferidas por necessidade do serviço, para fins de indenização; e habilitação de FÉRIAS-PRÊMIO por Defensoras e Defensores, indeferidas por necessidade do serviço, para fins de indenização.

Leia mais

Projeto 'Oportunidade' para assistidas

Já começaram as inscrições para o projeto Oportunidade – uma série de cursos gratuitos de capacitação profissional – criado pela Defensoria Pública de Minas Gerais. Esta primeira edição é exclusiva para mulheres atendidas pela Instituição na Unidade BH.

Leia mais

Formação de lista tríplice Núcleo de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise

Defensoras e defensores públicos interessados em atuar no Núcleo Estratégico devem se inscrever por mensagem enviada à Defensoria Pública-Geral, por meio do correio eletrônico gabinete@defensoria.mg.def.br, até as 13h do dia 27 de setembro de 2022, acompanhada de informações e documentos relativos à atuação institucional.

Resolução nº 1155/2022

Abertura de consultas para cooperação

>> Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :

• Araguari/Defensoria do Juizado Especial Criminal — acumulação compartilhada, 5 de outubro de 2022 a 5 de abril de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 13h do dia 30 de setembro de 2022.

Resolução nº 1161/2022

• Contagem/ 1ª, 3ª e 4ª Defensorias de Família — acumulação compartilhada, de 5 de outubro de 2022 a 5 de abril de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 13h do dia 28/09/2022.

1ª Defensoria – Resolução 1151/2022 3ª Defensoria – Resolução 1152/2022 4ª Defensoria – Resolução 1153/2022

 Contagem/5ª Defensoria de Família – acumulação compartilhada, de 8 de outubro de 2022 a 8 de abril de 2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 13h do dia 4/10/2022.

Resolução nº 1154/2022

• Lagoa Santa / Plenário do tribunal do júri – acumulação para ato específico no dia 07/10/2022. Inscrição até as 13h do dia 26/setembro/2022.

Resolução nº 1156/2022

Matias Barbosa / Defensoria Cível – exclusivamente nas demandas de Família, litigiosas e Central de Conciliação, de 29 de outubro de 2022 a 28 de abril de 2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12h do dia 28 de setembro de 2022.

Resolução nº 1160/2022 (DODP 24/09/2022)

CONSELHO SUPERIOR

Criação da CEDEDICA

A Coordenadoria Estratégica de Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CEDEDICA) terá suporte administrativo da Defensoria-Geral até que o Centro de Desenvolvimento Institucional seja estruturado, incorporando-se a ela a Câmara de Estudos de Infância e Juventude. Defensoras e defensores públicos que compõem a Câmara podem atuar como colaboradoras ou colaboradores até o final de seus mandatos.

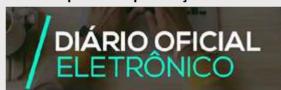
Deliberação nº 268/2022 (DODP 21/09/2022)

Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência

O Conselho Superior modificou o item 32 do artigo 2º, da Deliberação nº 254/2022, para alterar o nome da Especializada.

Deliberação nº 270 / 2022 (DODP 21/09/2022)

Acesse aqui outras publicações



SRLI INFORMA

Cronograma de cadastramento das biometrias para acesso às sedes da DPMG

O cadastramento das biometrias de defensoras, defensores, servidoras, servidores, funcionárias, funcionários, estagiárias e estagiários lotados na Sede 1, está ocorrendo desde o dia 20/09, no 2º andar (em frente ao auditório), entre as 14 e 17 horas, conforme nota expedida pela Defensoria Pública-Geral.

Confira o cronograma

Veja também a nota da DPG, de 14/09/2022

Modelo de requisição de material atualizado

Encontra-se disponível no Sistema Gerais o modelo de requisição de material atualizado (26/9), na aba da Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado. Os pedidos só serão aceitos por meio do novo modelo de requisição.

A planilha pode ser acessada pelo menu lateral à esquerda > DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXA-RIFADO > NORMAS E PROCEDIMENTOS > MODELO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO.

>> veja aqui

continua >>

IMPORTANTE: Faca seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • II

SEI NA DEFENSORIA

Cards 26 e 27: Entenda o SEI na Defensoria

Sempre às terças e quintas-feiras, cards prestam informações e orientações sobre o novo sistema.



Para que serve a opção "Retorno Programado" ao enviar um processo?

A funcionalidade "**Retorno Programado**" permite alertar a unidade de destino um prazo para resposta à demanda.

O "Retorno Programado" é incluído no momento de envio do processo a outra(s) unidade(s), marcando na opção em destaque a "Data certa" ou o "Prazo em dias".

Observações:

- Como regra geral, a unidade demandada com prazo em um processo não pode concluí- lo ou enviá-lo para terceiros, exceto se o processo for mantido aberto na unidade atual. Nesse caso, pode, inclusive, definir um outro prazo para a unidade destinatária. Ou seja, o SEI também controla prazos "em cascata".
- A unidade destinatária de um processo com retorno programado somente pode:
- Enviar o processo para a unidade demandante do reforno:
- Enviar o processo para terceiros, inclusive podendo atribuir seu próprio retorno programado, desde que mantenha o processo aberto na própria unidade. Isso possibilita o controle de prazos "em cascata".

Devolver processo enviado equivocadamente

Quando do envio equivocado de processo a uma Unidade, tenha este processo um retorno programado ou não, recomenda-se a devolução do processo para o remetente. Isto já "retira" o retorno programado, se for o caso, e permite que o remetente encaminhe o processo para a unidade correta.

Alternativamente, pode-se solicitar ao remetente que exclua o retorno programado, tal que a própria unidade errada possa encaminhar o processo para a unidade correta. Não é aconselhado que o usuário da unidade "errada" conclua o processo, para que não gere uma informação falsa na estatística do processo.

Dicas:

- é interessante que a unidade que devolve o processo registre no andamento ("Atualizar Andamento") a situação de devolução do processo por equívoco na tramitação;
- não é aconselhado o uso do retorno programado para o envio a Unidades que fazem somente o "encaminhamento", sem qualquer atividade no processo.



NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com profundo pesar, o falecimento **do sr. Mario Pastore Neto, esposo da defensora pública Isabella Marques Pastore**, coordenadora da 1ª Defensoria dos Juizados – Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública. O velório aconteceu na quarta-feira (21/09), em Belo Horizonte. Aos familiares e amigos, nossos votos de condolências e solidariedade.

// -